

A INFLUÊNCIA DO CONFUCIONISMO NA FORMAÇÃO DA CULTURA, SOCIEDADE E ECONOMIA CHINESA

THE INFLUENCE OF CONFUCIANISM IN THE FORMATION OF CHINESE CULTURE, SOCIETY AND ECONOMY

Larissa Dos Santos Freitas



Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a ascensão da China como potência global, destacando a influência do confucionismo em sua sociedade, economia e diplomacia. Com uma abordagem histórica, explora como valores como a harmonia, hierarquia e dever social moldaram as bases éticas do país, contribuindo para sua estabilidade e crescimento. Vale ressaltar que o confucionismo, apesar de períodos de repressão na história chinesa, permanece central na política interna e externa do país, equilibrando modernização com preservação cultural. Essa integração entre tradição e pragmatismo posiciona a China como uma potência singular, e cada vez mais crescente no cenário global.

Palavras-Chaves: China, Geopolítica, Confucionismo, Sociedade, Economia.

Abstract: This article aims to analyze China's rise as a global power, highlighting the influence of Confucianism on its society, economy, and diplomacy. With a historical approach, it explores how values such as harmony, hierarchy, and social duty have shaped the country's ethical foundations, contributing to its stability and growth. It is worth noting that Confucianism, despite periods of repression in Chinese history, remains central to the country's domestic and foreign policy, balancing modernization with cultural preservation. This integration of tradition and pragmatism positions China as a unique and increasingly growing power on the global stage.

Keywords: China, Geopolitics, Confucianism, Society, Economy.

INTRODUÇÃO

Não restam dúvidas de que a China tem se tornado uma das maiores potências mundiais, com vistas a ultrapassar até mesmo os Estados Unidos, consolidando-se como protagonista na arena global. No entanto, apesar de seu crescimento econômico vertiginoso e sua influência geopolítica crescente, a China ainda é amplamente desconhecida em muitas partes do mundo no que diz respeito à sua história e cultura. Essa falta de compreensão gera tanto receio quanto fascínio. O receio é impulsionado pela percepção de uma economia altamente intrincada e pela estrutura política autoritária que rege o país com mão de ferro. Já o fascínio é alimentado pela riqueza de uma tradição que remonta a milênios, permeada por mitos, filosofias e modos de vida profundamente enraizados na cultura chinesa. Dentro dessa tradição, destaca-se o confucionismo, uma filosofia que atravessou séculos e continua a desempenhar um papel crucial na formação das bases éticas, sociais e políticas da China contemporânea.

A relação entre essa cultura milenar — que inclui modos de vida, folclore, a filosofia confuciana e as dinâmicas históricas que se desdobraram ao longo do tempo — e o próprio modo de agir e trabalhar do povo chinês, são elementos que não só moldam sua sociedade, mas também impulsionam a economia e fortalecem o papel da China como uma potência mundial. É importante destacar que o confucionismo, em particular, oferece uma chave interpretativa para se compreender a resiliência e a coesão que caracterizam o desenvolvimento chinês, tornando-a uma nação estrategicamente prudente em suas ações diplomáticas e econômicas, e que aos poucos conquista uma posição de destaque no Ocidente.

A ascensão da China como potência global é o resultado de um longo processo que não se limita às transformações econômicas das últimas décadas, mas que está profundamente enraizado em sua história cultural e filosófica. A filosofia confucionista, em particular, emerge como um dos pilares dessa evolução, oferecendo uma estrutura ética e social que orienta não apenas a vida cotidiana dos indivíduos, mas também as ações do Estado. O confucionismo, centrado em princípios como a harmonia, a hierarquia e o dever social, influenciou a maneira como a sociedade chinesa lida com questões fundamentais, como a autoridade, o respeito às tradições e o papel do indivíduo no coletivo. Essa base filosófica não apenas moldou a mentalidade do povo chinês ao longo dos séculos, como também contribui para a forma como a China conduz sua política interna e externa, buscando sempre a estabilidade e a coesão como motores de seu crescimento.

Hoje, esse legado confucionista se reflete em uma abordagem estratégica nas relações

internacionais, onde a China, ao invés de adotar uma postura agressiva, prioriza uma diplomacia cautelosa, mas assertiva, que busca garantir seu crescimento sem abrir mão de seus valores culturais centrais. O sucesso econômico e político da China não pode ser dissociado da influência contínua do confucionismo, que, apesar de ter sido duramente atacado durante períodos como a Revolução Cultural, ressurgiu como uma força que ainda permeia as estruturas sociais e institucionais do país. A busca por harmonia, que é um dos princípios fundamentais do confucionismo, tem sido crucial na maneira como a China se posiciona no cenário global, buscando equilibrar a modernização com a preservação de suas raízes culturais. Em um mundo cada vez mais polarizado, a China demonstra que seu modelo de desenvolvimento é singular, mesclando pragmatismo econômico com uma filosofia que atravessa milênios, tornando-a não apenas uma potência econômica, mas também um ator influente na construção de novas ordens globais.

Este texto, sem a pretensão de esgotar a vasta e rica história da China, nem de decifrar todos os meandros de sua ascensão econômica, propõe-se a examinar como aspectos específicos dessa trajetória histórica, com ênfase na influência do confucionismo, contribuíram para moldar o “Dragão Chinês” enquanto uma potência emergente. Assim, ao revisitar as raízes culturais e filosóficas que sustentam a sociedade chinesa, será possível entender melhor o papel desse legado na construção da China moderna e em sua trajetória rumo ao protagonismo global.

SOBRE OS PRIMÓRDIOS DA CIVILIZAÇÃO CHINESA

A China possui mais de quatro mil anos de história, sua civilização é uma das mais antigas do mundo. De acordo Couto (2008), alguns historiadores chegam a apontar que os chineses viriam antes mesmo da civilização egípcia. Sua história longínqua inclui a criação de artefatos muito conhecidos e utilizado pela população mundial. Quem não se lembra que foram os chineses quem inventaram o papel? Ou a impressão? Criada antes mesmo de Gutenberg. A pólvora, utilizada para muitos fins, festivos ou defensivos. Até na culinária ela é bastante conhecida. Curiosamente o macarrão, prato ocidental muito consumido, adotado pela tradição europeia, foi trazido de lá por Marco Polo. O talento dos chineses para outras áreas como a poesia, o teatro e a pintura também são reconhecidos como grande produção artística da história da humanidade.

O nome da nação também está curiosamente ligado à sua história. Existem três versões que tentam explicar sua origem e Couto (2008) descreve cada uma delas. A primeira diz que

a nomenclatura estaria ligada ao Primeiro Imperador chinês Qin Shi Huang Di. Ele foi o primeiro a unificar a China e deu o nome à nova nação a partir do seu estado soberano que dominou os demais, o Estado de Qin, grafado também como Chin. Dessa forma, tem-se a palavra em língua portuguesa China, que tem sua origem diretamente de Qin, pronunciada como “tchim”.

Para alguns pesquisadores, entretanto, há uma outra análise do nome, baseada na pronúncia e na grafia:

Uma [...] probabilidade é que o termo China se origine da palavra chinesa *chá* (é igual ao termo em português, que, por sua vez, possui origem etimológica no próprio mandarim). Outra possível origem seria a palavra chinesa para seda. Para piorar um pouco a confusão, China, em português e em inglês, também é usada como definição de porcelana. Seja qual for a verdadeira origem da palavra, parece que, segundo essa tendência, teria em comum uma associação com um produto típico do país. (Couto, 2008, p. 10)

Não existe um consenso sobre a verdadeira origem da palavra nem sobre qual seria a primeira aparição do termo, mas existem documentos que registraram os primórdios dessa civilização. Para os pesquisadores das principais universidades chinesas, sua civilização surgiu como um amontoado de cidades-estados no vale do rio Amarelo. A primeira unificação da China teria ocorrido por volta de 221 a.C., período em que se tornou um grande império. Dinastias passaram a governar a nação, bem parecido com o estilo egípcio e, dessa forma, desenvolveram sistemas complexos de controle burocrático que permitiram ao Imperador administrar o vasto território. (Couto, 2008).

A origem da civilização chinesa foi marcada principalmente pela imposição à força de um sistema de escrita comum pela Dinastia Qin (a mesma de seu primeiro Imperador), bem como pelo desenvolvimento de uma ideologia estatal baseada no confucionismo (filosofia que veremos mais adiante). Essa primeira unidade política durou apenas quatro anos, pois, após a morte do Primeiro Imperador, houve um golpe de estado que derrubou a Dinastia Qin e instaurou o poder nas mãos dos Han. Houve ainda a invasão do território por potências externas e algumas delas foram absorvidas pelos chineses. Ondas de imigrantes que se sucederam, levaram influências externas que se fundiram às já existentes e originaram a atual cultura chinesa. Depois da dinastia Han, houve a Dinastia Xia, Dinastia Shang, Dinastia Zhou, Dinastia Song (divididas em dois grupos, Song do Norte e Song do Sul).

Segundo Couto (2008), Qin Shi Huang Di foi responsável pela unificação. Responsável também pela centralização do poder, aboliu o feudalismo e instaurou um governo autoritário, dando início a um período autocrático. Durante o seu reinado, iniciou a construção da Grande Muralha da China, uma barreira defensiva de 3.000 km contra invasões do norte, utilizando

fortificações de reinos anteriores. A tumba do imperador permanece inexplorada devido a tradições culturais e é, possivelmente um vasto complexo funerário que replica o que foi seu grande império. O local é famoso por conter também o famoso Exército de Terracota, com mais de 8.000 figuras de soldados e cavalos, feitas para proteger o imperador na vida após a morte. Escavações completas ainda são um tabu, mas especula-se que o túmulo possua rios de mercúrio.

Qin Shi Huang Di buscou obsessivamente a imortalidade, chegando a ingerir mercúrio, o que afetou sua saúde mental e física. Sua paranoia o levou a queimar bibliotecas inteiras para controlar o pensamento, apagando grande parte da filosofia chinesa. Após sua morte, a dinastia Qin caiu rapidamente, mas seu legado foi a unificação da China. A Muralha, abandonada no século XVI, só foi valorizada novamente nos anos de 1980 como um símbolo nacional, apesar dos desafios de conservação. (Couto, 2008).

BREVE PANORAMA SOBRE A CULTURA E RELIGIÃO CHINESA

Os líderes da Revolução Cultural de Mao Tse Tung, ocorrida em 1966, quiseram, mas não conseguiram mudar a cultura arraigada na tradição chinesa. Algumas fontes, de acordo com Couto, afirmam que eles nunca tiveram a intenção de transformar a cultura chinesa completamente, pois, como administradores, os líderes do Partido Comunista Chinês (PCC), quiseram se concentrar em alguns aspectos tradicionais (como a posse de terras) enquanto mantinham outros (como a estrutura familiar). Na prática, as mudanças estruturais provocadas pela Revolução foram menores e menos consistentes do que afirmam sus dirigentes.

A cultura chinesa não apenas seguiu resistindo por muito tempo, como também vem se expandindo em grande velocidade. Pesquisadores da Universidade de Pequim sugerem que essa expansão teria ocorrido por volta do terceiro milênio a.C., quando os chineses se concentravam na região do rio Amarelo.

Os chineses têm um laço muito forte com sua cultura, e um dos aspectos que demonstram isso é sua relação com a religião. Há uma grande variedade de religiões que foram e ainda são praticadas na China. Os primeiros chineses praticavam o politeísmo e o culto às divindades era relacionado à natureza e o apreço pelos antepassados.

Foi nesse ambiente que duas, das principais filosofias/religiões chinesas cresceram: o confucionismo e o taoísmo.

[As duas] são religiões ainda praticadas naquele país e curiosamente começaram

como filosofias que não se importavam com os deuses e se voltavam para as ações cometidas enquanto as pessoas eram vivas. Diz-se que os taoístas se apropriaram de crenças populares chinesas e as misturaram com a estrutura do budismo, outra religião bastante praticada por lá. (Couto, 2008, p. 40).

Para entendermos essa relação entre cultura, economia e sociedade chinesa, é fundamental que compreendamos quais os princípios da religião/filosofia confuciana. Sobre essa prática religiosa, ou melhor, filosofia, cabe mencionar que a figura histórica de Kung Fu Tsu, ou, na forma latina, Confúcio, está intimamente ligada a ela. Embora ele não tenha sido um reformador, ou um autor da cultura chinesa, pode-se dizer que ele foi seu “editor”. Segundo Cordeiro (2009), o Mestre Kung foi responsável por influenciar todo o percurso histórico da Ásia Oriental, particularmente da China até 1949, quando Mao Tse-Tung e os comunistas tomaram o poder.

Confúcio viveu entre 551-479 a. C., sua família tinha origens nobres, entretanto, por ter ficado órfão muito cedo, viveu uma vida humilde no reino de Lu. Desde jovem se dedicou aos estudos da tradição e da cultura Chou, que o inspiraram a construir a filosofia moral que passou a pregar até o fim de sua vida. A base ética do confucionismo prega a igualdade entre as pessoas, no sentido em que todos nascem bons, mas durante a vida o mal é absorvido pelos sentidos. A diferença entre os homens, não pode ser explicada por meio da graça divina, afinal, todos podem percorrer o bom caminho se houver esforço pessoal e cuidado com os ritos. Aprender o bom caminho é a principal forma de se afastar da maldade, e o mal é em si um problema educacional. (Leão e Ogama, 2019).

O Lun yü (Os Analectos), é o conjunto de livros que reúnem os ideais dessa filosofia/religião. Muito lido na China, teve uma importância tão grande como a Bíblia para as sociedades ocidentais. Foi durante a dinastia Han do Oeste que o confucionismo se tornou a filosofia oficial, o que torna evidente o profundo enraizamento da filosofia de Confúcio na cultura chinesa.

Max Weber, ao fazer um estudo sobre as religiões em seu livro *Ensaio de sociologia* (1982), destaca o papel do confucionismo como uma força formativa na sociedade chinesa, mas fortemente ligada à elite letrada, conhecida como prebendários. Apesar de ser a ética dessa camada social, ele observou que os valores confucionistas moldaram o modo de vida chinês em uma camada muito maior, influenciando amplamente a sociedade, tornando-se um racionalismo secular. Isso quer dizer que, ao contrário de outras tradições religiosas, o confucionismo é mais um sistema ético e filosófico que orienta o comportamento e as relações sociais com base na razão, na ética prática e na moralidade social, sem apelo direto a divindades ou a um conceito de salvação espiritual.

O confucionismo era a ética estamental dos prebendários, dos homens com educação literária e que se caracterizavam pelo racionalismo secular. Quem não pertencia a essa camada culta não tinha importância. A ética religiosa (ou, se quisermos, irreligiosa) desta camada determinou o modo de vida chinês muito além da própria camada. (Weber, 1982, p. 310-311).

Cordeiro (2009) também destaca que o confucionismo se tornou uma espécie de “religião estatal” praticada pela elite chinesa. Acrescenta que ele chegou a atacar outras religiões, como taoísmo e o budismo. De acordo com ela, essa tradição religiosa nunca se constituiu, entretanto, numa religião independente.

Vale ressaltar que um dos pensamentos fundamentais do Mestre Kung está relacionada a harmonia entre a natureza e o universo, essa harmonia implica também na relação com os seres humanos. O conceito Tao está presente também no confucionismo, porém de forma diferente do taoísmo. No confucionismo, Tao é a harmonia predominante no universo, ou seja, relacionamento equilibrado entre as duas coisas. Essa harmonia serve de modelo para toda a sociedade.

Sendo assim, o indivíduo necessita viver em harmonia e isso pode ser almejado se o seu interior estiver em consonância com o Tao. Para que a harmonia seja alcançada, no entanto, os indivíduos precisam de conhecimento e compreensão, o que pode ser obtido através do estudo do passado, da tradição. Na perspectiva confucionista, é a tradição que ensina ao indivíduo as regras de comportamento correto e qual é o seu lugar na sociedade.

Para Confúcio, o lugar do indivíduo na sociedade é ordenado por cinco relações: “entre o senhor e o servo, entre o pai e o filho, entre o esposo e a esposa, entre o irmão mais velho e o irmão mais novo, entre o amigo mais velho e o amigo mais novo.” (Cordeiro, 2009, p. 6). É primordial, segundo essa filosofia, que para a saúde da sociedade, essas relações sejam corretamente formadas. Conceitos como piedade filial, respeito e reverência são também importantes na concepção do Mestre Kung. Muito embora Confúcio não estivesse interessado em assuntos religiosos ou metafísicos, ele acreditava que os deuses deveriam ser cultuados adequadamente, bem como os rituais e os sacrifícios, pois essa prática demonstrava a piedade

filial do indivíduo. Nos ideais confucionistas, o ser humano bom é aquele que está tentando se tornar melhor.

Podemos definir, de acordo com Cordeiro (2009), as principais linhas de pensamento confucionista em cinco termos-chaves: *jen*, *Chun tzu*, *li*, *te* e *wen*. O termo *jen* indica o relacionamento ideal que deve existir entre as pessoas, o que é, na visão de Confúcio, a virtude das virtudes. Essa virtude diz respeito à compreensão de amor ao próximo, integridade pessoal e altruísmo. Já *Chun tzu* pode ser traduzido como “Homem Superior” ou “Pessoa Amadurecida”, e é exatamente o oposto da pessoa de mente estreita e espírito pequeno. A expressão *Li* tem dois significados, e o primeiro está relacionado à maneira apropriada de fazer as coisas, ou pode sugerir também um senso de propriedade; o segundo significado do termo é “ritual”. *Te* estabelece poder, o poder por meio do qual as pessoas são governadas. Para Confúcio, os três aspectos da governança são a autossuficiência econômica, a autossuficiência militar e a confiança do povo. Por último, o termo *Wen*, refere-se às “artes da paz”, especificamente, a música, a poesia, enfim, a junção da cultura na sua forma estética e espiritual.

Apesar de o confucionismo fazer parte de uma tradição milenar na China, ele foi contestado algumas vezes como sendo ou não viável. De acordo com Steingraber (2018), em 1911, com a Revolução Nacionalista, alguns intelectuais elegeram o confucionismo como a causa dos problemas políticos e econômicos da China. Historiadores marxistas relacionaram o confucionismo com as tradições feudais da China, e outros intelectuais citavam Weber e a necessidade de se abandonar o confucionismo para o alcance do desenvolvimento capitalista. Ele era relegado ao passado, e defendia-se que o confucionismo não permitia o desenvolvimento do país, como o caso do catolicismo na Europa.

Vale ressaltar que, segundo o autor, a China é orientada pelo confucionismo e legalismo desde a Revolução Nacionalista em 1911. Não houve o fim da religião, como desejavam os intelectuais, muito além disso, ela foi regulamentada em 1949 com a Revolução Cultural. Contudo, líderes religiosos eram perseguidos severamente e obrigados a trabalho forçado, e o governo passou, por meio do legalismo, a se beneficiar da cultura e obediência às instituições. Buscou substituir a religião pelo Estado como elemento de ordenamento da sociedade. Em 1982 o “Documento 19” garantiu que o governo respeitaria e protegeria a crença por meio de cinco religiões: budismo, taoísmo, islamismo, catolicismo e protestantismo.

A tradição cultural confuciana, porém, seguiu viva e uma das características importantes sobre a relação dessa religião com a economia está relacionada ao mercado chinês e sua diferenciação com os demais. De forma distinta de outras tradições que valorizam o conceito de liberdade de escolha do indivíduo em busca de seu próprio interesse, o pensamento

confuciano enfatiza a complementariedade e a cooperação, mais do que a competição entre as pessoas. (Steingraber, 2018).

Além disso, o Confucionismo é, de acordo com Anne Cheng (*apud* Ramos; Rocha, 2015), um “fenômeno cultural que se confunde com o destino de toda a civilização chinesa”. Ele foi durante quase toda a história da China, desde o século II a. C. até o fim do Império em 1912, um forte elemento constituidor e justificador da cultura política chinesa. Mesmo com a influência de outras filosofias/religiões como as antigas doutrinas legalistas e taoístas, assim como o budismo importado da Índia, o Confucionismo ocupou um lugar central em todas as épocas. É apenas no século XX, com o fim do Império em 1912 e com a instalação do Partido Comunista no poder em 1949, que ele teve seu papel como doutrina de Estado ameaçado e até mesmo repudiado.

O objetivo principal da Revolução Chinesa de 1911 era de fato derrubar o sistema imperial calcado na ideologia confuciana e instaurar uma nova república. A tentativa de romper com o passado era uma meta da Revolução Cultural levada a cabo por Mao Tsé-Tung. Nesse momento da história da China, valores e instituições de cunho confucionista são oficialmente substituídos por elementos do discurso marxista.

Louise Slavicek explica que a Revolução Cultural Chinesa foi um fenômeno que durou de 1966, quando Mao e o Partido Comunista Chinês (PCC) lançaram formalmente o movimento radical, até a morte do líder, uma década mais tarde. Segundo a autora, os objetivos centrais da Revolução eram revitalizar o fervor revolucionário do povo chinês e acelerar a evolução da República Popular da China rumo ao comunismo. Para atingir tais objetivos, todos os resquícios culturais do capitalismo e do “passado feudal” da China haviam de ser impiedosamente destruídos, juntamente com todas as “autoridades” – de professores a altos funcionários do partido – que não estavam comprometidas com os princípios radicais de Mao. A trajetória do grande líder chinês no poder, bem como a Revolução Cultural, foi marcada por uma forte oposição ao Confucionismo. Mao achava que os ensinamentos éticos e sociais altamente influentes de Confúcio eram reacionários e elitistas. Por essa razão, a tradição confucionista rapidamente se tornou um dos principais alvos da cruzada dos Guardas Vermelhos. (Ramos; Rocha, 2015, p. 436).

Nesse contexto, segundo Ramos e Rocha (2015), alguns defensores da tradição como Tang Junyi, Mou Zongsan e Xu Fuguan, tiveram que deixar a China continental, partindo para outras regiões como Taiwan e Hong Kong. Através deles a doutrina confucionista pôde ser preservada por meio da escola de pensamento que ficou conhecida como Neoconfucionismo Moderno.

[...] o próprio PCC parece estar gradativamente, buscando nas raízes do pensamento chinês um elemento que se preste ao fortalecimento da unidade

nacional. Com um novo discurso oficial, que prima pela articulação de princípios da tradição e referências a preceitos confucionistas, o governo estaria sinalizando, doravante, uma mudança de perspectiva no que toca à recusa do passado histórico da China. [...] Pela primeira vez, décadas após a tomada do poder pelo Partido Comunista, tem se promovido na China uma verdadeira renovação do debate político. Dentro de um interessante esforço de diálogo com as doutrinas ocidentais, uma série de intelectuais chineses, encabeçados por Jiang Qing, vêm apresentando reflexões substanciais no sentido de resgatar a herança confucionista que, no último século, quedou-se silenciada na China continental. (Ramos; Rocha, 2015, p. 438-439).

Jiang Qing tem papel relevante no ressurgimento do Confucionismo como um princípio político na China contemporânea. Ele propõe uma ordem constitucional baseada nos valores confucianos e, através disso, fundou a Academia Yangming, uma instituição educacional alinhada a esses valores. Sua obra se torna de difícil leitura por estar disponível apenas em mandarim e outras línguas chinesas, mas ainda assim, seus ideais estão ganhando espaço globalmente. (Ramos; Rocha, 2015)

O pensador vê seu trabalho como um projeto em desenvolvimento, composto por artigos e diálogos, e rejeita a concepção do Confucionismo como um campo de estudo estritamente acadêmico, preferindo considerá-lo como um “caminho de vida”. Seus ideais incluem a criação de uma nova ordem política que mistura representação democrática com um governo compatível com o Confucionismo. Ele chama essa abordagem de Confucionismo Político. (Ramos; Rocha, 2015).

É importante observar, que a retomada do Confucionismo como elemento do debate político na China atual não encontra ainda nenhuma repercussão efetiva da realidade política do Estado Chinês. Entretanto, não se pode ignorar o fato de que estamos diante de uma tradição milenar enraizada nos próprios elementos culturais da história da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as raízes culturais e religiosas da China mostram que o confucionismo moldou profundamente a sociedade chinesa. Embora tenha havido momentos de ruptura com essa tradição, como durante a Revolução Cultural liderada por Mao Tse Tung, o confucionismo ressurge, mostrando-se não apenas como um resquício do passado, mas como uma força viva e adaptativa que persiste como um alicerce cultural importante. Essa continuidade revela a profundidade com que os ensinamentos de Confúcio estão entranhados no *ethos* social e político da China.

O confucionismo não se limita a ser uma doutrina ética e filosófica; é uma força formativa que influenciou o comportamento, as instituições e as relações sociais na China, diferenciando-se de outras filosofias ou tradições religiosas. Enquanto algumas correntes de pensamento ocidentais tendem a enfatizar o individualismo e a competição, o confucionismo coloca a harmonia, o respeito às hierarquias e o bem comum no centro das interações humanas, influenciando diretamente a maneira como os chineses compreendem a política, a economia e a sociedade. Esse modelo cooperativo e coletivo ressoa particularmente nas esferas de governança e desenvolvimento econômico da China, onde a estabilidade social e a coesão são preferidas à busca desenfreada pelo progresso individual.

A análise do impacto do confucionismo na política e na economia chinesa também ganha relevância ao considerar como essa filosofia enfatiza a harmonia e a cooperação em vez da competição individual como base para o funcionamento social e econômico. Esses valores, incorporados nas políticas contemporâneas, ajudam a explicar em parte o sucesso da China em equilibrar crescimento econômico e estabilidade social. O ressurgimento do confucionismo no debate político contemporâneo, liderado por intelectuais como Jiang Qing, destaca uma tentativa deliberada de reconectar a China moderna com suas raízes culturais, ao mesmo tempo em que se esforça para atender às exigências de uma ordem mundial globalizada. O confucionismo é, assim, reinterpretado como uma ponte entre o passado e o presente, oferecendo um caminho de equilíbrio entre a modernização e a preservação das tradições.

Apesar das mudanças e desafios ao longo dos séculos, a China demonstra uma resiliência cultural, refletida em sua habilidade de integrar práticas e pensamentos ocidentais com suas tradições milenares. A adaptação da filosofia confucionista às realidades contemporâneas é um testemunho dessa resiliência. A China, ao buscar um vínculo com seu passado, não se limita a meramente reviver velhos costumes, mas redefine seu papel como potência global, projetando-se no cenário internacional com prudência e autoconsciência.

Portanto, longe de ser uma filosofia estática ou ultrapassada, o confucionismo revela-se como uma matriz viva de valores e práticas que continua a moldar a China do século XXI. Através de sua capacidade de adaptação e de renovação, o confucionismo permanece central na compreensão da sociedade chinesa, suas políticas e sua economia, mostrando que, mesmo em um mundo globalizado, a cultura e as tradições locais ainda desempenham um papel crucial na definição do rumo de uma nação.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Ana Lúcia Meyer. Taoísmo e Confucionismo: duas faces do caráter chinês. **Sacrilegens**: Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 04-11, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26466>>. Acesso em: 10/01/2025.

COUTO, Sérgio Pereira. **A extraordinária história da China**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.

LEÃO, Igor Zaroni Carneiro; OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira. A China entre o Confucionismo e o Socialismo. **Revista Paranense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 40, n. 136, p. 79-97, jun. 2019. Disponível em: <<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1026>>. Acesso em: 10/01/2025.

RAMOS, Marcelo Maciel; ROCHA, Rafael Machado. O confucionismo político e os caminhos para um constitucionalismo chinês. **Revista da Faculdade de Direito da Ufmg**, Belo Horizonte, v. 1, n. 67, p. 421-452, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1733>>. Acesso em: 10/01/2025.

STEINGRABER, Ronivaldo. Religião e Economia: a china tem um espírito protestante? **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 22, p. 11-34, jan. 2018. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/23>>. Acesso em: 10/01/2025.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ltc, 1982